



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 12, v. 1 nov.2019-abr.2020

p. 468-486.

# Travestilidade em foco: análise dos marcadores de gênero, sexualidade e raça a partir de denúncias de violência

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade<sup>1</sup>

Lenise Santana Borges<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo propõe reflexões sobre os discursos que constroem o corpo travesti quando interseccionado pelos marcadores sociais de sexualidade e raça. Trata-se de uma investigação documental, com delineamento qualitativo e que tem suas bases na interdisciplinaridade dos estudos da Psicologia Socioconstrucionista, *queer* e feminista. São analisados os trechos narrativos de violência presentes nas denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos – módulo LGBT, ano de 2014 – de uma travesti brasileira: negra e homossexual. Tais reflexões partem do método da arqueologia do saber de Michel Foucault. Os resultados da pesquisa mostraram que, a partir das narrativas denunciativas, as violências possuem motivos específicos relacionados a identidade de gênero travesti, identidade sexual homossexual e raça negra, com objetivo de humilhar, subalternizar e diminuir a existência da referida travesti. Conclui-se que os corpos não normativos e, do ponto de vista dos diferentes marcadores sociais, são constantemente alvo de violências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Socioconstrucionista. Denúncias. Violência. Travesti.

**Abstract:** This article proposes ideas on the discourses that constitute the body of a travesti when affected by social markers of sexuality and race. It is a documentary research with qualitative design which is based on interdisciplinary studies of Social Constructionist, *Queer* and Feminist Psychology. We analyze the narrative passages depicting violence present in reports of a black, homosexual, Brazilian travesti received by the LGBT module of *Disque Direitos Humanos*. Such reflections are based on the Archeology of Knowledge method by Michel Foucault. The survey results showed that, according to the report narratives, the observed violence has specific reasons related to the travesti gender identity, homosexual sexual identity and black skin color seeking to humiliate, subordinate and decrease the existence of the travesti. We conclude that non-traditional bodies, according to various social markers, are constant targets of violence.

**Keywords:** Social Constructionist Psychology. Reports. Violence. Transvestite.

**Resumen:** El artículo tiene por objetivo proponer reflexiones sobre los discursos que construyen el cuerpo del travestí desde la perspectiva intercruzada por los constructos sociales de sexualidad y raza. Se trata de una investigación documental, con abordaje cualitativa, y que tiene sus bases en la interdisciplinariedad de los estudios de la Psicología socioconstrucionista, *queer* y feminista. Se analizan las narrativas presentes en las denuncias recibidas por el Disque Derechos Humanos –módulo LGBT, referentes al año 2014– de una travesti brasileña negra y homosexual. Para las reflexiones partimos del método de la arqueología del saber de Michel Foucault. Los resultados de la investigación evidenciaron que, a partir de las narrativas de las denunciantes, las violencias están relacionadas con las cuestiones de la identidad de género travestí, la identidad sexual homosexual y la raza negra con el objetivo de humillar, subalternizar y disminuir la existencia del sujeto travestí. Se concluye que los cuerpos no normativos, desde el punto de vista de los diferentes marcadores sociales, son constantemente objeto de violencias.

**Palabras clave:** Psicología Construcccionista Social. Denuncias. Violencia. Travestí.

<sup>1</sup> Doutor e pós-doutor pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Docente da Faculdade Alfredo Nasser (Unifan). E-mail: [viniciusnovais@unifan.edu.br](mailto:viniciusnovais@unifan.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: [esinel@uol.com.br](mailto:esinel@uol.com.br)

Recebido em 21/12/18

Aceito em 19/11/19

## 1. Introdução

Este artigo tem o objetivo de propor reflexões sobre os discursos que constroem o corpo travesti, tendo por foco a análise de diferentes marcadores sociais – gênero, sexualidade e raça – e seus efeitos na produção de subalternidade, violência e de existências abjetas ou impassíveis de luto. (BUTLER, 2003, 2015) Interdisciplinar do ponto de vista teórico, busca referências ou contribuições a partir de autores e autoras do socioconstrucionismo, dos estudos *queer*, feministas e interseccionais.

Judith Butler (2003), reconhecida teórica feminista e *queer*, afirma que, a partir de relações de poder, de lugares hierárquicos hegemônicos e subalternos, construímos sujeitos normativos e normalizados do ponto de vista do gênero e da sexualidade (pessoas cisgêneras<sup>3</sup> e heterossexuais), além de construirmos, por outro lado, sujeitos fora das normas sociais e da normalidade, valorados como negativos e “desviantes”; daí a ideia de concebê-los como abjetos: “todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”. (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161) Essas pessoas, segundo Butler (2015), em severa crítica aos processos de normatização e normalização de corpos, são inteligíveis social e culturalmente como desprezíveis; aquelas pessoas que, se morrerem, não mobilizam qualquer sentimento senão o da indiferença. Saudades e luto, segundo Judith Butler (2015), não seriam atributos direcionados a sujeitos abjetos. Travestis, transexuais e homossexuais e outros sujeitos da diferença, por exemplo, estariam no hall das abjeções.

Uma travesti, homossexual e negra, estaria marcada no corpo-subjetividade por três eixos de subalternidade: gênero, identidade sexual e raça, respectivamente. Kimberlé Crenshaw (2002) e Conceição Nogueira (2013), acerca do conceito de interseccionalidade, nos propõem reflexões sobre a multiplicação de marcadores sociais encerrados em um mesmo corpo. Tanto mais forem esses cruzamentos, mais eles poderiam, potencialmente, produzir condições de precariedade de sujeitos, opressão e (não) privilégios. Assim, podemos fazer aproximações entre o conceito de abjeto para Judith Butler (2003) e de interseccionalidade para Crenshaw (2002) e Nogueira (2013): os variados eixos de produção de subalternidade encerrados em um mesmo corpo poderiam produzir mais abjeção e, portanto, ser alvo mais recorrente de violências.

---

<sup>3</sup> Neste estudo não problematizaremos os termos cisgênero e “cis”, por não serem foco analítico, assim como o termo transgênero, por suas imprecisões do ponto de vista das identidades culturais. Assim, optamos pelos termos travesti e transexual.



Outro referencial importante a ser trazido para o debate é Michel Foucault (1971), para pensarmos sobre a capacidade dos discursos de produzirem os objetos que nomeiam, assim como seus interesses, estratégias e objetivos nessas e para essas construções. Aliás, os escritos foucaultianos, teoria e seus métodos de análise, têm sido amplamente apropriados por diversos campos do saber quando do empreendimento de construção do conhecimento. No socioconstrucionismo, por exemplo, Lenise Borges e Mary Jane Spink (2009) e Borges et al. (2013) refletem sobre as contribuições de Foucault, argumentando que o discurso, como prática social, constrói os entendimentos de gênero ao longo de um processo histórico, afirmando que “as maneiras como são valorados os gêneros implicam manutenção ou subversão de comportamentos, sentimentos e interdições que ajudam a moldar a vida”. (BORGES; SPINK, 2009, p. 451) De modo parecido funciona com a sexualidade, quando o socioconstrucionismo se apropria das ideias foucaultianas para iniciar um movimento de desnaturalização da sexualidade, trazendo-a para o campo do discurso, da história e da cultura. (BORGES et al., 2013)

De acordo com Michel Foucault (1971), os sujeitos que falam e o lugar hierárquico de onde falam, os gestos, os comportamentos, os signos e as circunstâncias, todos esses, ritualizados, “fixa[m], enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites do seu valor de coerção”. (FOUCAULT, 1971, p. 39) Ainda de acordo com Michel Foucault, deve-se

não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), *mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam*. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2016a, p. 60, grifo nosso)

Ao argumentar que os discursos estão no patamar das práticas sociais repetidas, que eles produzem ou formam objetos, Foucault (2016a) defende a tese de que esses mesmos objetos não são pré-discursivos, “não preexistem a si mesmos” (FOUCAULT, 2016a, p. 55), mas, sim, são produzidos pelo discurso. Portanto, devem ser analisados a partir de si próprios, em seus determinantes e seus efeitos nas práticas sociais. Dessa forma, não se deve buscar por algo que subjaz, que está escondido, oculto, velado e que aspira por ser descoberto, um ponto de origem ou nascimento do discurso.



A partir desses construtos, Michel Foucault (2016a) mostra que não é preciso buscar a origem de qualquer significado ou sentido, mas as condições históricas em que o discurso foi construído. Dito de outra forma, quais instituições participaram, num dado momento histórico, da constituição discursiva, e que são estatutárias de um determinado saber e poder contemporâneos, para, assim, “fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexos das regularidades que regem sua dispersão”. (FOUCAULT, 2016a, p. 58)

Essa discussão proposta por Foucault (1971, 2016a) se constitui como uma ferramenta importante para pensar e tentar compreender o fenômeno da violência perpetrada em travestis, sobretudo pelo notório relevo das instituições envolvidas na composição discursiva e de outras práticas direcionadas a esse grupo populacional, bem como das relações de poder e violência a que esses sujeitos são submetidos.

Foucault discute também sobre o caráter das forças/práticas que possibilitam tanto a formação quanto o controle discursivo dos objetos que nomeiam e classificam, “aquilo de que fala, de dar-lhe *status* de objeto – ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível”. (2016a, p. 51) De acordo com ele, o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1971, p. 10), das forças em disputa pelo controle do saber/poder sobre os objetos.

Por sua vez, no capítulo “O Método”, do livro *A história da sexualidade: a vontade de saber*, Michel Foucault (2014) argumenta sobre as aproximações da relação entre saber e poder no discurso, mostrando que ele está na articulação desses dois construtos, formando uma variabilidade de elementos discursivos que, estrategicamente e visando o alcance de determinados objetivos, combinam-se e recombina-se; saberes e poderes que se distribuem e se redistribuem de formas distintas, da elaboração de regras de complexos jogos que operam segundo os efeitos pretendidos ou desejados. Como elucidado por Foucault:

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder [...] O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, desabilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (FOUCAULT, 2014, p. 110)



A partir de Michel Foucault (1971; 1995; 2014; 2016a; 2016b), admitir a complexidade de construções discursivas como jogos de regras específicas que simultaneamente constroem/formam os objetos que nomeiam e reproduzem/operam saberes e poderes (e que, também, produz efeitos estratégicos visando o controle discursivo via saber e poder), é aderir a uma forma específica – mas não fechada, estática ou cristalizada – de análise histórica do discurso. Foucault (2016a) apresenta um método de análise de informações empíricas no qual produz um deslocamento do estudo das continuidades para as descontinuidades, rupturas, irrupções, dispersões, aspectos ignorados e estrategicamente escondidos pela análise proposta pela história das continuidades, linearidades e das origens dos objetos.

Aliás, esse é um ponto nevrálgico das análises propostas por Michel Foucault em decorrência de sua severa crítica ao estudo das origens pela via do recuo ilimitado da cronologia, um recuo a períodos e séculos da História. Portanto, crítico e contrário a essa proposta analítica, o filósofo sugere que a análise discursiva seja realizada “na sua irrupção de acontecimentos” (FOUCAULT, 2016a, p. 31), no momento específico de sua emergência, a partir das condições de possibilidade daquele dito e da impossibilidade de outros ditos, quaisquer que fossem eles, no lugar daquele enunciado, ou, ainda, “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. (FOUCAULT, 2016a, p. 33) Trata-se da concepção de enunciados como acontecimentos. Além disso, Foucault propõe uma análise da articulação das regras envolvendo as correlações de forças nos jogos de saber/poder, bem como das práticas sociais produzidas e operadas como efeitos pelas relações de poder.

Assim, a partir do pensamento foucaultiano, o que poderia ser considerado ou o que definiria um enunciado emergido em suas características: uma estrutura? Uma frase? Uma palavra? Um período de texto? E ainda: como eles poderiam ser analisados: a partir da formação de unidades? Isolando enunciados? A partir de um campo enunciativo composto por enunciados associados? Michel Foucault (2016a, p. 105) propõe caminhos que nos permitem refletir sobre essas questões, ao mesmo tempo em que delimita o que considera ser um enunciado passível de análise.

Não é preciso procurar no enunciado uma unidade longa ou breve, forte ou debilmente estruturada [...]. Trata-se antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação a diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura [...] é uma função de existência que pertence exclusivamente aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida,



pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido ou não’, segundo que regra se sucedem ou se justapõem. (FOUCAULT, 2016a, p. 105)

A partir dessa citação, é possível estabelecer aproximações sobre aquilo que pode ser considerado como necessário para a existência de um enunciado. Vislumbra-se horizontes que não contemplam os enunciados como estruturas, não coincidem com unidades longas ou curtas e, por conseguinte, não são confundidos com frases ou palavras, apesar de poderem ser. O que é posto em relevo por Michel Foucault (2016a) é a necessidade de estarem articulados signos para que algo possa ser considerado um enunciado, portando uma função enunciativa.

Trata-se, assim, de uma função e não de uma estrutura. Função porque, já que não pode ser analisado isoladamente, encontra-se sempre em articulação com outros em um emaranhado, uma trama ou campo associado de enunciados para ser inteligível, produzir efeitos, fazer sentido e ser analisado. Enunciados esses que se encontram justapostos uns aos outros e, ao mesmo tempo em que emergem e se estabelecem, se entrecruzam e dão suporte a outros em suas condições de formulação e possibilidade, “define[m] as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição o seu valor de verdade” (FOUCAULT, 2016a, p. 111). Foucault sintetiza as principais características da função enunciativa, afirmando que ela:

[...] surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campo de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite, ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2016a, p. 128)

Necessária ressalva ou relevo é dado ao aspecto não estático dos enunciados conforme pôde ser apreendido na citação acima. De acordo com o filósofo, os enunciados são passíveis de transformação em sua dinâmica estratégica a partir dos pontos de apoio e justaposição proporcionados por outros em uma função enunciativa. Dito de outra forma, há uma constante mobilidade, fluidez, formação e desatamento de nós na rede enunciativa, seja para uma estratégia que vise acomodação e assimilação dos enunciados, seja para rebelar-se e resistir a eles na disputa pelo controle discursivo.



## 2. Método

Esta investigação de delineamento qualitativo assume denúncias como foco de análise, tratando-se, portanto, de um estudo documental. De acordo com Vinicius Andrade (2017, p. 132), “as denúncias sistematizadas e analisadas [...] também são consideradas como documentos que permitem a construção de descrições e versões analíticas das práticas discursivas, relações de poder e de subjetivação ali emergentes”, ou, nas palavras de Peter Spink (2000, p. 112), “tudo tem algo a contar”. As informações ora analisadas foram extraídas das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos (DDH) da Presidência da República, no módulo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), do ano de 2014<sup>4</sup>. Tais documentos contemplam as narrativas de violência acerca de uma travesti brasileira, negra, homossexual e em situação de vulnerabilidade econômica, que aqui receberá o nome fictício de Gisberta (como forma de homenagem e protesto à transexual assassinada em Portugal, em 2006). Foram analisadas, a partir da teoria foucaultiana envolvendo a Análise do Discurso, dezessete denúncias registradas ao longo do ano de 2014, que contêm 64 acessos ao DDH (é possível acessar o serviço e fazer complementações às denúncias já existentes).

O DDH é um serviço que assume como funções receber, encaminhar e monitorar denúncias cometidas contra diversos grupos populacionais, dentre eles o LGBT. (ANDRADE, 2012; 2017) Ao ligar 100 no telefone, o(a) cidadão(ã) será atendido(a) por um(a) colaborador(a) da área de recebimento de denúncias, momento em que o(a) usuário(a) do serviço relata situações de violência vividas por si mesmo(a) ou outrem que deseja denunciar. Após a narrativa da violência, o(a) colaborador(a) do DDH lê a denúncia e questiona o sujeito se ele(a) gostaria de fazer alterações, acréscimos ou supressões. Em seguida, a denúncia é assumida pela área de encaminhamento, seção que avalia o conteúdo das narrativas e as encaminha aos órgãos responsáveis, como o conselho tutelar e a polícia. Há, ainda, a seção de monitoramento, área responsável por fazer a busca ativa das medidas assumidas pelos órgãos responsáveis acerca de denúncias mais graves.

## 3. Resultados e discussões

Para esse conjunto de trechos denunciativos, deliberadamente optou-se por analisá-lo a partir da junção dos enunciados correspondentes à identidade de gênero, orientação sexual e

---

<sup>4</sup> Material empírico da pesquisa. Não há consulta disponível.



raça/cor, eixos ou marcadores contemplados pelo conceito de interseccionalidade. (CRENSHAW, 2002; NOGUEIRA, 2013; SILVEIRA; NARDI, 2014) Justifica-se tal opção em função das limitações da forma como os textos denunciativos encontram-se construídos, o que mostra a impossibilidade de empreender este trabalho separando-os um a um, como pode ser observado no fragmento a seguir:

Os suspeitos [conselheira tutelar, adolescentes e policiais militares] deixam claro que as violações ocorrem em decorrência da cor da vítima e da identidade de gênero', D.08.01. '[...] o delegado disse que, devido a orientação sexual e cor de pele da vítima, ela tinha que trabalhar como garota de programa e apanhar sem reclamar, além de chamá-la de vagabunda e macaca. O delegado se recusou a assinar o Boletim de Ocorrência [...] que foi registrado e em seguida rasgado por ele, além de ameaçar de morte', D.04.02. '[...] foram proferidas [por vizinho e mais dois homens] ameaças de morte, palavras de baixo calão, de cunho humilhantes e homofóbicas como bicha e viado [vizinho e mais dois homens], agrediram-na psicologicamente com xingamentos como macaco, viado e pedófilo', D.09.07. 'Os suspeitos são amigos [cinco homens que proferiram] ofensas com relação a cor de pele e identidade de gênero, chamando-a de macaco e viado e a ameaçaram de morte', D.08.09. 'Foram proferidos [por quatro homens] termos homofóbicos e de racismo, viado e pessoas de cor tem [sic] que morrer e chamam a vítima de macaco, disseram que a vítima tem que morrer queimada', D.08.09. 'Promotora do Fórum [...] proferiu termos de cunho racial como macaca e disse para sair da sala, pois fedia, além disso, proferiu termos como filha da puta, viado, vagabunda e outros', D.10.12. '[Gisberta], travesti, é agredida', D.05.01. '[Nome masculino], travesti, é agredido', D.08.01. '[Gisberta], travesti, é agredida', D.13.01. '[Gisberta], homossexual, foi agredida'. D.02.02. '[Gisberta], transexual, é agredida', D.04.02. '[Nome masculino] de nome social [Gisberta], transexual, é agredido', D.03.08. '[Nome masculino] de nome social [Gisberta], transexual, foi agredida', D.10.12.

Esse fragmento textual de enunciados associados abre margem para inúmeras possibilidades de análise. Optou-se por analisá-lo e interpretá-lo segundo a divisão: 1. marcadores interseccionais; e 2. injúrias. Pelo menos três categorias (citadas diretamente) puderam ser observadas intrincadas nas violências, a saber: identidade de gênero, orientação sexual e raça/cor, e uma quarta que, embora não seja citada nesse fragmento narrativo diretamente, encontra sua expressão na totalidade do *corpus* empírico: a de classe social.

O que se pretende não é dissociar as categorias como se elas existissem de forma independente, mas, sim, analisá-las em sua singularidade e complexidade para defender a argumentação de que esses eixos não se encontram de outra forma senão cruzados/multiplicados.





(NOGUEIRA, 2013) Gisberta parece ser uma pessoa expressiva para a elucidação de que interseccionalidade, como construto teórico, encontra sua aplicação na experiência das individualidades e de forma localizada e contextual.

### 3.1 Marcadores interseccionais

Gisberta é travesti e em quem, supostamente, observa-se o rompimento das normas de gênero binárias que lhe oferecem/instituem apenas duas possibilidades de referência, identificação e classificação: o masculino e o feminino. Guacira Lopes Louro (BRÍCIO, 2012, p. 4) afirma que “[...] as tentativas de classificar, nomear, definir vão sempre se mostrar falhas”, exatamente porque as pessoas podem se identificar ou experimentar diversas possibilidades de gênero e sexualidades em diferentes momentos de sua vida. Dessa forma, além do hiato-abismo existente entre os gêneros masculino e o feminino ser desconsiderado em suas possibilidades de experiência, ele se concretiza como motivo para o exercício da violência, como discutida por Michel Foucault (1995, p. 243): a violência que “age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra resistência, a única escolha é tentar reduzi-la”. Violência que encontra sua expressão na materialidade do enunciado presente nas denúncias: “[...] as violações ocorrem em decorrência [...] da identidade de gênero”, D. 08.01. Esse acontecimento discursivo sobre as violações cometidas contra o corpo travesti encontram, a partir da Análise de Discurso Foucaultiana, uma filiação à aceção discursiva de que pessoas travestis e transexuais, à luz (ou escuridão) do discurso médico, são pessoas anormais ou fora dos limites da normalidade, portadoras de “Disforia de Gênero”. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014)

Pela via do discurso psicológico ou da psicologia, que também segue ditames médicos, são pessoas que necessitam, e isto é uma obrigação, de acompanhamento para identificar, compreender as possibilidades de expressão de gênero rumo aos padrões de normalidade e normatividade binários e, mais do que isso, as consideram como pessoas que não têm saberes/poderes sobre os próprios corpos, como se elas, por serem construídas pela medicina como disfóricas, não fossem racionais o suficiente para autocompreensão, autoconhecimento, cuidado de si, tomada de decisões e autonomia sobre o próprio destino. Essa posse da razão e dos saberes e poderes estariam investidos ou localizados nas posições de sujeito do médico e do psicólogo no discurso e nas práticas sociais que envolvem tanto a Medicina e Psicologia quanto as transgeneridades.



Uma terceira possibilidade discursiva, a do senso comum, ancora-se na cobrança da sociedade em geral de que as travestis se expressem da forma mais binária ou aproximada possível de uma pessoa cisgênera, tida como “natural”, “verdadeira” ou “autêntica” para nossa cultura, mesmo que isso implique em “dar” ou “entregar” uma parte do próprio corpo via cirurgia de redesignação sexual, como prova do “novo” estatuto “cis”, o que corresponderia, no caso das pessoas *male to female* (masculino para feminino), alcançar o status de “autêntica”, “verdadeiramente mulher” ou “completamente mulher”. (BARBOSA, 2013) Em outras palavras, estar assujeitada (e cada vez mais assujeitada) às normas de gênero seria o caminho mais possível de tolerância às travestis por cisgêneros.

Outra categoria ou eixo de subordinação presente no trecho citado é o de orientação sexual como motivador de violência, como nos mostra o enunciado “foram proferidas ameaças de morte, palavras de baixo calão, de cunho humilhantes e homofóbicos como bicha e viado”, D.09.07. Aqui há, novamente, um ponto nevrálgico nas discussões de gênero, sexualidade e interseccionalidade quando alcançadas pelas informações empíricas desta investigação: Gisberta é homossexual, como pode ser notado no enunciado: “[Gisberta], homossexual, foi agredida”, D.02.02. Algo que merece ser problematizado nesse enunciado seria uma possível ou suposta compulsoriedade ou necessidade de travestis serem inteligíveis apenas como homossexuais, da compreensão da homossexualidade como único destino para esse segmento populacional.

A partir dos pressupostos defendidos por Judith Butler (2003), gênero e orientação sexual, como duas categorias distintas que são, abrem margem para travestis se autodefinirem como heterossexuais, bissexuais, pansexuais ou assexuais. Ser *gay*, lésbica, bissexual, pansexual ou qualquer outra designação não heterossexual ou, ainda, todas as expressões de sexualidade e desejo que não se ancoram ou não compartilham dos códigos e signos do sistema de pensamento e práticas heteronormativas, são formas consideradas indesejáveis.

Foucault (2004) e Prado e Machado (2012) confirmam a homossexualidade como estatutária da modernidade ocidental: uma construção moderna, um dispositivo de saber/poder instituído como o polo negativo de uma cadeia que se funda na heterossexualidade como norma hegemônica e compulsória, ou seja, como matriz de hierarquias e valores sexuais. Nesse sentido, o discurso da heterossexualidade, ao mesmo tempo em que constrói a homossexualidade enquanto desvio, se reafirma como lugar privilegiado e hegemônico. (RUBIN, 1989; BUTLER, 2003) Os enunciados de homofobia, materializados em suas emergências, encontram em sua repetição,



sustentação e filiação a partir e para a manutenção de seu status de verdade no discurso heteronormativo; via enunciados homofóbicos eles reatualizam a supremacia heterossexual.

Até este momento, por meio do debate proposto, puderam ser apreendidos pelos textos denunciativos, cotejados por considerações teóricas e problematizações, dois eixos de subordinação vividos por Gisberta: o de identidade de gênero travesti e o de ter orientação e/ou desejos/práticas homossexuais. Uma terceira categoria, não menos importante que as duas anteriores, é a marca de raça/cor: estamos diante de enunciados que constroem negativamente Gisberta como travesti, homossexual e negra, absolutamente diferente do que seriam os enunciados construídos acerca de uma pessoa cisgênera, heterossexual e branca.

Ser uma pessoa negra no Brasil é, infelizmente ainda, enfrentar o racismo que teima em existir nos discursos e em práticas sociais cotidianas, e em produzir, ele próprio, discursos que se alimentam de si mesmos em um círculo vicioso. (GOMES, 2005) Ou seja, ao mesmo tempo em que se produz um discurso preconceituoso, ele se firma como um saber/poder dotado de caráter de verdade e repetição, legitima-se nas atividades sociais e por elas se retroalimenta a si próprio de forma circular. O enunciado do delegado ao se referir à Gisberta é um marcador deliberado do racismo e tudo o mais em possibilidades de práticas sociais discriminatórias que ele implica, como pode ser notado no seguinte trecho: “o delegado disse que, devido a orientação sexual e cor de pele da vítima, ela tinha que trabalhar como garota de programa e apanhar sem reclamar, além de chamá-la de vagabunda e macaca”, D.04.02.

Ora, aqui encontram-se elementos discursivos fundamentais para reflexão e que demandam transformações sociais e das relações de poder, ou seja, das ações sobre as possibilidades de ação de outrem. (FOUCAULT, 1995) Esse enunciado é a representação máxima do que pode haver de autoritarismo, de relações assimétricas, institucionais, de exercício de poder, de coerção e de violência. Essas assertivas encontram reverberações em algo que está posto na literatura por Austin (1990) quando afirma que a linguagem constrói realidades e quando Michel Foucault (2016a, 2016b) assevera que o discurso repetido estabelece ou constrói/descreve os objetos que nomeia. Essa é a realidade construída sobre e para Gisberta, que, assujeitada aos discursos, é forjada pelos adjetivos performativos “garota de programa”, “vagabunda” e “macaca”, prática discursiva que mostra ser efeito e, ao mesmo tempo, raiz de discursos heteronormativos e racistas.



Outras reflexões se fazem urgentes. O enunciado materializado na fala do delegado é um imperativo de alguém que, supostamente, tem o poder de decidir sobre destino do outro, tratando-o como objeto, ignorando a autonomia e as vontades que o próximo possui. Talvez um ponto de partida para essa reflexão seja pensar se o trabalho sexual, também produtor de opressão, é, de fato, uma decisão individual/pessoal ou não. Não estariam aí implicados uma série de fatores sociais como sexualidade, gênero, raça/etnia, classe social interseccionados na produção de formas de subjetivação?

Sobre os ditos pelo delegado, são enunciados que diferenciam quem tem poder e quem não tem, quem tem autonomia e quem não tem, quem é melhor e quem é pior, além de indicar quais posições de sujeito estão vigorando. Dito de outro modo, é um enunciado que demarca os limites das hierarquias identitárias de poder, de gênero e de sexualidades, das dimensões de um “eu” e de um “ele/ela”, um “eu” sempre autorreferido como superior e como operador de leitura/inteligibilidade do outro, comumente tido como inferior, aspectos amplamente discutidos por Tadeu Tomaz da Silva (2000), em *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, e por Marco Prado e Frederico Machado (2012), no texto *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*.

Encontramos expressividade ou relevo nos subsídios teóricos de Butler (2003, 2015) acerca da abjeção quando argumenta, em tom crítico, que nossa sociedade construiu/constrói e reproduz discursivamente (e com efeitos nas práticas sociais) identidades tidas como abjetas, sem valor, que devem ser silenciadas, impassíveis de luto, esmaecidas e que sequer devem alcançar o status de humanas, quiçá tampouco deveriam existir, como pôde ser apreendido no dito à Gisberta: “Foram proferidos termos homofóbicos e de racismo, ‘viado e pessoas de cor têm que morrer’”, D.08.09.

### 3.2 Injúrias

Os eixos de subordinação, que no caso de Gisberta não dão indícios de muitos ou quaisquer privilégios, demarcam os processos de institucionalização e reprodução – cristalizados, legitimados, normalizados e estruturados – pela sociedade das injúrias e insultos direcionados às pessoas consideradas subversivas e desviantes da normatividade social. Gisberta é violentada, insultada em suas expressões identitárias com os enunciados “bicha”, “viado”, “pedófilo”, “vagabunda”, “filha da puta”, “macaca” e “fedida”. Ela sofre os efeitos e



as consequências da linguagem que, contextualizada, deve ser compreendida como ação, ato, prática. (AUSTIN, 1990)

De acordo com Baére et al. (2015), “bicha”, “viado” e “boiola” são considerados os piores xingamentos dirigidos a alguém do gênero masculino exatamente porque aludem às dimensões discursivas de supostas feminilidade e passividade. Ainda de acordo com esses autores, na “ação indicada pelo verbo ‘xingar’, a escolha do vocábulo utilizado nunca é aleatória, mas se dá, sobretudo, em função dos valores de gênero” (BAÉRE et al., 2015, p. 626), e, compreendido sob o argumento foucaultiano, sempre de forma estratégica.

Como é postulado por Michel Foucault (2016a), o discurso, sistematicamente reiterado, forma e produz performaticamente os objetos dos quais fala, caracterizando-os ou nomeando-os, sendo estatutário de um conhecimento “verdadeiro” que, por sua vez, produz efeitos nas práticas das relações sociais. Os enunciados “bicha”, “viado” e “pedófilo” são construções discursivas, portadoras de signos que instauram, no conjunto enunciativo da denúncia, o ordenamento de uma lógica *patologizante*: ser “bicha” ou “viado”, estereótipo do homossexual masculino afeminado, pode ser considerado e equiparado à pedofilia (que enquanto categoria socialmente construída também deve ser questionada) enquanto transtorno mental em que o sujeito apresenta práticas ou desejos sexuais direcionados a crianças e adolescentes. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014)

Isso nos permite refletir que o discurso de ódio, que consistem em injuriar travestis e homossexuais, é uma modalidade eficaz nos processos a que pretendem, estrategicamente, a opressão, a subalternização e a inferioridade do outro, exatamente porque quem diz está, deliberadamente, fazendo/construindo algo, exercendo, assim, violência. Didier Eribon (2008) afirma que homossexuais são constituídos pela ordem da sociedade e da sexualidade como sujeitos subalternos, inferiores, alvo da injúria e da subordinação por não se encontrarem concatenados com a norma heterossexual imposta.

Diante desse panorama violento, uma opção adotada por muitos sujeitos não heterossexuais é a de “permanecer no armário”, de se assemelhar e se adequar à norma heterossexual na tentativa de evitar agressões. (OLIVEIRA, 2010) Cabe questionar: por que ser chamado de “bicha” e “viado”, como no caso de Gisberta, pode ser tomado como algo pejorativo, com tamanho potencial discriminatório? Dito de outra forma, por qual(is) motivo(s) ser “bicha” ou “viado” é considerado ruim a partir da inteligibilidade heterossexual? Seria por



suas aproximações com as expressões de gênero típica e socialmente reconhecidas como femininas, encontrando filiação/estofa nos discursos machistas, sexistas e heteronormativos?

Frente às várias violências que os sujeitos das sexualidades não convencionais sofreram/sofrem, emerge um movimento/teoria denominado *queer*, que, segundo Guacira (s. d.), constitui em um movimento não pedinte de tolerância, mas de exigência de direitos, que manifesta que os processos de ressignificação dessas injúrias são urgentes. Tal movimento/teoria, a partir do próprio termo *queer*, sugere essa proposta: a de fazer uma ressignificação e (re)apropriação dos termos usualmente utilizados como ofensas. De acordo com Oliveira e Nogueira (2009, p. 10), “a proposta é que o conceito *queer* possa desestabilizar as certezas da teoria”, certamente como crítica às abordagens naturalizantes e essencialistas das ciências sociais tradicionais, incluindo nesse bojo a psicologia”. (BORGES et al., 2013) Ao destituí-los de seu poder homofóbico, perdem seu valor de ofensa e humilhação e passam a ser reconstruídos, agora, com caráter político. Logo, os termos “bicha” e “viado”, no caso de Gisberta, poderiam deixar de ser ofensivos para ser, apenas, substantivos ou, ainda, adjetivos esvaziados do seu caráter heterossexista e homofóbico.

Retomando as discussões suscitadas por Michel Foucault (1971), dessa vez acerca da maquinaria do discurso possuir potencial devastador, observamos no conjunto de enunciados presentes nas denúncias o quanto ele se mostra engenhoso em sua produção de violência, inclusive na sua própria contradição. Pela lógica do discurso de ódio contra Gisberta, com expressões de gênero femininas, o ataque com maior potencial violento seria o de, pela linguagem, ir contra seu desejo e autonomia de expressar-se como mulher e atribuir-lhe injúrias no gênero masculino, como a princípio foi efetuado pelos agressores com os termos “viado” e “pedófilo”.

Entretanto, há enunciados apropriados pelos autores das violências com o intuito de infligir a feminilidade travesti, desvalorizá-la, sendo um deles o de “vagabunda”: se fosse “vagabundo”, o termo apresentaria outro tipo de ofensa, eventualmente menos agressiva que o termo no feminino, que ataca diretamente sua sexualidade e práticas sexuais. O discurso acerca do “vagabundo” construiu um sentido de masculinidade que, ou representa a figura do desocupado ou do “macho dominante”, com vida sexual bastante ativa com várias parceiras sexuais. Para os valores machistas/sexistas, essa imagem não é apenas normatizada, como frequentemente aceitável e, não raras vezes, desejável, representativa do vigor e da virilidade



masculina. Embora sejam os mesmos termos, “vagabunda” e “vagabundo” carregam em si valores pragmáticos diferentes. (BAÉRE et al., 2015, p. 626)

Portanto, Gisberta ser enunciada como “vagabunda” é o equivalente de ser ferida na dimensão de seus desejos e de suas práticas sexuais, estabelecendo ligações com sua sexualidade e não com sua capacidade laborativa, como seria o caso da mesma ofensa quando direcionada a um sujeito do gênero masculino. Em relação aos ditos proferidos pela promotora de Justiça, ocorre uma particularidade: eles são proferidos também de forma estratégica, não inocente e não despropositada por uma pessoa do sexo feminino e cisgênera, ou seja, do lugar de quem sabe de que forma a palavra enunciada corta mais fundo nas expressões de gênero femininas. As injúrias são proferidas por uma mulher “original”, “verdadeira” e “natural” de acordo com as normas e hierarquias de gênero, na direção de uma “mulher ilegítima”, “falsa”, “borrada”, “uma cópia mal construída”.

Outro enunciado a ser analisado é o: “Promotora de Justiça do Fórum [...] proferiu termos de cunho racial como macaca e disse para sair da sala, pois fedia, além disso, proferiu termos como filha da puta, viado, vagabunda e outros”, D.10.12. A figura da “puta” ainda continua nos discursos de ódio correntes como algo negativo e marginal, de modo a ser considerada como um dos xingamentos mais ofensivos. (BAÉRE et al., 2015) Assim, ser chamado de “filho da puta”, por exemplo, traz em si a alusão de que as origens desse filho são imorais, sujas; sua origem é o corpo de uma “puta”, alguém entregue à marginalidade, à promiscuidade, alguém sem valor, abjeto. O que a promotora de Justiça ignorou em relação à sua injúria foi o fato de que a “puta” da situação narrada na denúncia é a própria Gisberta, e não a sua mãe, já que as denúncias informam que Gisberta era profissional do sexo. Também é esse enunciado, que porta os signos culturalmente construídos que lhe constitui em seu sentido, que tem urgência de desconstrução e ressignificação. Há, em quaisquer das formas, referências aos discursos homofóbicos, machistas, heterossexistas e racistas (esses marcados pela figura do “macaco”) que, por sua vez, produzem efeitos nas práticas sociais, como a violência explícita nos excertos denunciativos.

Os xingamentos ou injúrias direcionados à Gisberta nos permitem pensar que, em decorrência da habitação das fronteiras do não binário masculino e feminino, homem e mulher, essa travesti constitui-se discursivamente naquilo de que existe de maior desvalor nos sistemas de gêneros. Se ofender uma mulher é chamá-la de “puta” e “vagabunda”, então Gisberta é



compreendida como mulher; se os piores xingamentos direcionados a um homem são “viado” e “bicha”, então Gisberta é considerada um homem, pois é nesse ponto dos signos culturalmente produzidos como femininos expressados em um homem que a sua masculinidade pode ser questionada, afetada, apontada e violentada; exatamente porque o gênero feminino é tido como desqualificado/desvalorizado pela cultura e que não pode ser referência.

O que se apreende no contexto dessas denúncias é que as violências apresentadas nas e como práticas discursivas encontraram terreno fértil ou de possibilidade de existência pela vigência, vigor, aderência social dos discursos hegemônicos em suas citacionalidade e iterabilidade. (BUTLER, 2003, 2015) Trata-se, portanto, de um sistema perverso de apropriação/reprodução discursiva contra sujeitos LGBT, misógino e racista que tem como efeito último fazer do outro alguém indigno de existência ao mesmo tempo e o tratar como expressão daquilo que deve ser execrado, aniquilado e, sobretudo, alguém inferior diante a quem profere tais enunciados, detentor do poder/saber e legitimado pela sociedade para fazê-lo.

#### 4. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo construir e trazer ao debate reflexões sobre os discursos que formam o corpo travesti a partir de marcadores sociais de gênero, sexualidade e raça, bem como de seus efeitos em um corpo inteligível culturalmente como abjeto (BUTLER, 2003), impassível de luto (BUTLER, 2015) e alvo de violências. (ANDRADE, 2017) A partir das análises construídas, pudemos concluir sobre a importância dos referenciais teóricos da Psicologia Socioconstrucionista, dos estudos feministas e *queer* como lentes para leitura de fenômenos relacionados a gênero, sexualidade, raça e violência, com a proposição de desconfiar, desestabilizar e desnaturalizar as supostas “verdades” construídas, tanto na Ciência quanto nas experiências cotidianas.

Concluimos que os referenciais teóricos utilizados nesta pesquisa se encontram afinados e convergentes na produção de conhecimento com foco em gênero, sexualidade e raça. A análise das práticas discursivas, em aspectos da *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault (1971, 2016a), se constituiu, nesta investigação, como um instrumento importante para a análise do conjunto de narrativas de violência presentes nas denúncias sobre o caso de Gisberta. Defendemos, portanto, o argumento de que denúncias recebidas pelo DDH são extratos empíricos e documentais que contam histórias passíveis de análise de relações de poder, de crítica e, mais do que isso, de possíveis transformações sociais.





Os discursos formadores do corpo travesti, bem como das narrativas de violência, mostraram, por um lado, o quanto os diversos marcadores sociais de gênero, identidade sexual e raça funcionam como instrumental ou lentes de análise teórica rumo a desnaturalização e não normatização das experiências de gênero, sexualidade e raça. Mostrou, por outro lado, mas de modo complementar ao anterior, o quanto as circunstâncias vividas por sujeitos da diferença, ou abjetos e impassíveis de luto – travesti, homossexual e negra, neste caso –, tornam Gisberta e outras pessoas “dissidentes” expostas a desigualdade social, relações sociais assimétricas, violências e desumanização.

Concluimos que injúrias raciais, de gênero e sexualidade expressas, por exemplo, por enunciados como “bicha”, “viado”, “pedófilo”, “vagabunda”, “filha da puta”, “macaca” e “fedida”, direcionadas à Gisberta e a tantos outros sujeitos no nosso cotidiano, funcionam com o propósito de humilhar, diminuir, oprimir e violentar. Por fim, sugerimos que tais discursos com potencial devastador de corpos e subjetividades precisam ser ressignificados e esvaziados de seu potencial violento.

A partir das relações de poder, hierarquizantes dos corpos travestis quando relacionados aos trechos denunciativos ora analisados, entendemos que os discursos jurídicos e policiais se colocam nas práticas das relações sociais como instrumento de manutenção, reprodução e legitimação de seus poderes sobre os corpos sujeitados das travestis, produzindo violência. Talvez um vislumbre de possibilidades de superação dos corpos-subjetividades travestis como anormais e abjetos esteja em algumas mudanças de discursos que formam esses sujeitos, do atravessamento dos processos de *patologização* na direção de *despatologização*. Tal movimento já tem sido iniciado pela área médica e seus manuais, como o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), mas sobretudo pelas ciências psicológicas, quando se torna possível, neste período histórico, a construção e aprovação da Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018, que versa sobre o impedimento de psicólogos e psicólogas agirem de forma preconceituosa ou discriminatória em relação a travestis e transexuais, que assim institui em seu Art. 8º:

É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018)



Por fim, concluímos que o panorama das violências cometidas contra travestis se mostra como um fenômeno complexo e atravessado pelas questões de gênero, de identidade sexual e racial, mas também nos mostra ser sempre passível de resistência e superação.

---

## Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDRADE, V. N. G. *Transfobia no percurso denunciativo brasileiro: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República*. 2017. 304 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.
- ANDRADE, V. N. G. *As falas dos atendentes do Disque 100 sobre a escuta das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes*. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAÉRE, F.; ZANELLO, V.; ROMERO, A. C. Xingamentos entre homossexuais: transgressão da heteronormatividade ou replicação dos valores de gênero? *Bioética*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 623-633, 2015.
- BARBOSA, B. C. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, 2013.
- BORGES, L. S.; SPINK, M. J. P. Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos? *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 442-452, 2009.
- BORGES, L. S.; CANUTO, A. A. A.; OLIVEIRA, D. P.; VAZ, R. P. Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 730-745, 2013.
- BRÍCIO, V. N. Conversações sobre gênero, sexualidade, teoria *queer* e educação: entrevista com Guacira Lopes Louro. *Artifícios*, Belém, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2012.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/39WABjw>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016a.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1971.



- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016b.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (org.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, M. Sexo, poder e a política da identidade. In: FOUCAULT, M. *Sexo: poder e indivíduo: entrevistas selecionadas*. 2. ed. Desterro: Nefelibata, 2004. p. 27-45.
- GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC, 2005. p. 39-62.
- GUACIRA Lopes Louro: educación, feminismos y perspectivas queer. Dirección: Contrafoco. Santiago: Universidade Alberto Hurtado, [s. d.]. Disponível em: <https://vimeo.com/116062988>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- NOGUEIRA, C. A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V. (coord.) *Distintas faces da questão social: desafios para a psicologia*. Florianópolis: Abrapso, 2013. p. 227-248.
- OLIVEIRA, J. M. Orientação sexual e identidade de gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. (org.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero, 2010. p. 19-44.
- OLIVEIRA, J. M.; NOGUEIRA, C. Introdução: um lugar feminista queer e o prazer da confusão de fronteiras. *Ex aequo*, Lisboa, n. 20, p. 9-12, 2009.
- PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-67, 2002.
- RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, C. S. (org.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid: Revolución, 1989. p. 113-190.
- SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. spe., p. 14-24, 2014.
- SPINK, P. K. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2000. p. 100-126.

